



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 JUN. 2013

1º Secretário

RESPOSTA À QUESTÃO DE ORDEM Nº 1/2013

Trata-se de discordância acerca do encaminhamento de projeto de Lei para a 3ª discussão.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, muito embora tenha sido nominado como Recurso ao Plenário, o questionamento em tela expõe dúvida sobre a interpretação do Regimento Interno e, portanto, deve ser recebido como Questão de Ordem, nos termos do artigo 104 do Regimento Interno.

A presente Questão de Ordem foi levantada pelo Deputado GILSON DE SOUZA contra o encaminhamento do Projeto de Lei nº 367/2012 para a 3ª discussão.

Aduz o Deputado questionante que, tendo em vista que não houve qualquer emenda de Plenário durante a 2ª discussão, e tão somente subemenda substitutiva geral aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, não haveria a necessidade de ser a proposição incluída em 3ª discussão.

Pois bem. Esta é breve e necessária síntese.

Preliminarmente, salutar destacar que as razões do questionamento encontram-se totalmente equivocadas quanto à interpretação do Regimento Interno desta Casa.

Deve-se notar que as emendas a que se refere o artigo 146 do Regimento Interno, aceitas em 2ª discussão, são aquelas apresentadas em Plenário, quando da

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências

OL. 26 / 6 / 13

14148 25/06/2013 08:55:02 AM 00206010 13/06/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo

análise feita sobre cada artigo separadamente e sobre as respectivas emendas, e aprovadas, consoante dicção do artigo 145. Vejamos:

Art. 145 A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão, conjuntamente, com os artigos a que se referirem.

(...)

Art. 146 As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

Destarte, a subemenda apresentada na Comissão de Constituição e Justiça integra o parecer dessa Comissão – este sim aprovado – na forma do § 15 do artigo 51 do Regimento Interno. Assim, consoante previsão do § 16 do mesmo artigo, após a conclusão da apreciação pelas Comissões, a proposição e os respectivos pareceres serão submetidos à Mesa para que sejam incluídos na Ordem do Dia.

Art. 51 O membro da comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

(...)

§ 15 **Integrarão o parecer substitutivo, emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da comissão.**

§ 16 **Concluída a apreciação pelas Comissões Permanentes, a proposição e respectivos pareceres serão remetidos à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia.** (original sem destaques)

Ademais, e a título de esclarecimento, não se deve olvidar que as Comissões não possuem autonomia para aprovar emendas, porquanto deve ser respeitada a soberania do Plenário no que atine à aprovação das proposições.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65 e seguintes, normatiza a aprovação de leis pelo Poder Legislativo e, de forma explícita, indica a competência do Pleno da Assembleia para tanto.

Finalmente, e através de uma leitura mais acurada dos incisos do artigo 141 do Regimento Interno, percebe-se a equivalência das emendas apresentadas em Plenário e daquelas propostas perante as Comissões.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo

Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - **ao iniciar a discussão**, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - **nas Comissões**, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento. (original sem destaques)

Portanto, não há que se falar em esgotamento das vias quando da apresentação de emendas pela CCJ, uma vez que, com fulcro no § 16 do artigo 51, essas emendas apresentadas em sede de parecer devem, necessariamente, ser submetidas ao Plenário da Casa.

Diretoria Legislativa 25 de junho de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Deputado Estadual Valdir Rossoni.

A DIRETORIA LEGISLATIVA
DATA. 19 JUN. 2013

PRESIDENTE

GILSON DE SOUZA, Deputado Estadual desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vem respeitosamente perante vossa excelência, irresignado com a decisão da Mesa interpor Recurso ao Plenário, face o encaminhamento do projeto de lei nº 367/2012 a 3ª Discussão, sem a interposição de emenda ou subemenda durante a 2ª Discussão, pelos motivos fáticos e de direito doravante aduzidos nas razões recursais.

Isto posto requer o recebimento e encaminhamento ao plenário para análise e votação na forma regimental.

Pr. Gilson de Souza
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
RAZÕES RECURSAIS:

RELATO FÁTICO:

Em 06/agosto/2012 o recorrente protocolizou o projeto de lei n. 367/12 tendo como escopo a alteração da Lei Estadual n. 12242/1998¹, o qual proíbe a realização e aplicação de tatuagem permanente em menores de 18anos, *in verbis*:

“Art. 1º Fica alterado a parte final do artigo 1º da Lei Estadual nº 12242 de 31 de julho de 1998, suprimindo a expressão:

(...), sem autorização por escrito dos pais ou responsáveis, de referido texto, que passar a vigorar com o seguinte teor, mantendo-se os demais inalterados.

Art. 2º (...) ainda que com autorização dos pais ou responsáveis.

Art. 2º Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que lhe couber.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

(omissis)”

Na mesma data o Deputado Estadual Dr. Batista apresentou o projeto de Lei nº 379/12, sendo constatada a similitude pela Diretoria Legislativa, ao passo que referido projeto contemplava, além da aplicação de tatuagem, a colocação de adornos que perfurem a pele ou membro do corpo humano (brincos, argolas, alfinetes).

O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça requereu a anexação dos projetos acima mencionados, em 20/agosto/2012, na forma do artigo 120 do Regimento Interno, sendo aprovado e anexado em 22/agosto/2012.

O Relator Deputado Tadeu Veneri apresentou voto opinando pela rejeição dos projetos sob o entendimento de serem inconstitucionais e ilegais, aduzindo que pretendiam incluir intervenção estatal na vida privada, na alçada familiar, retirando verdadeiramente o arbítrio familiar.

¹ com nova redação dada pela Lei n. 13129/2001;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Por sua vez, o Deputado Pr Edson Praczyk em voto em separado apresentou *emenda substitutiva*, na forma dos artigos 29, inciso III e 137, § 2º do Regimento Interno, compilando ambos os projetos, proibindo a aplicação e tatuagens permanentes e *piercings* em menores de idades, concluindo pela Constitucionalidade e Legalidade dos Projetos de Lei.

Ao final o Projeto de Lei recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e em condições de prosseguir em sua tramitação. Recebendo parecer favorável da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso.

A Diretoria Legislativa encaminhou a Comissão de Constituição e Justiça para verificação da emenda e subemenda, em data não apostada no despacho, as fls. 23.

Por seu turno a CCJ prestou informação nos seguinte termos: “o parecer aprovado pela comissão foi nos termos da **SUBEMENDA de fls. 20 e que a mesma deve ser nominada como SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, ficando prejudicada a Emenda Substitutiva de fls. 15/17, nos termos do artigo 138 do Regimento Interno.**”

A Diretoria Legislativa encaminhou a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso a qual manteve o parecer favorável. A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania opinou pela rejeição do projeto de lei nº 367/2012 e 379/2012. E a Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto de lei nº 367/2012. Por fim, o projeto de lei foi encaminhado para a Diretoria de Assistência ao Plenário – DAP.

Dando entrada em Plenário em 10/06/2012, fora aprovado em primeira discussão.

O projeto de lei foi aprovado em 2ª Discussão, constando os pareceres, o apenso e o substitutivo geral da CCJ (11/06/2013); sendo incluído em 3ª Discussão para apreciação do substitutivo geral em segunda discussão(12/06/2013).

Questionada a mesa em plenário acerca da 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 367/2012 a presidência aduziu que estava sob votação a aprovação ou não do substitutivo geral, o qual sendo rejeitado também acarretaria a rejeição do Projeto de Lei.

O Deputado Pastor Edson Praczyk apresentou voto em separado opinando pela aprovação na forma de emenda substitutiva em anexo, e na mesma data, subemenda no mesmo teor da substitutiva. Ressalta-se que as duas compilam os Projetos de Lei nº 367/2012 e 379/2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Importante mencionar que a Comissão de Constituição e Justiça certificou no procedimento legislativo, as fls. 24 que o parecer **APROVADO** foi da SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, de fls. 20.

Independentemente da terminologia aplicada tem-se que a SUBEMENDA foi apresentada, recepcionada e aprovada em sede de Comissão de Constituição e Justiça e não em Plenário.

A Mesa encaminhou para 3ª Discussão aplicando a regra do artigo 146 do Regimento Interno, submetendo a nova discussão àquelas emendas apresentadas em segunda discussão, senão vejamos:

“Art. 146. As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§1º Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§2º Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.” (grifo nosso)

Cabe esclarecer, conforme acima mencionado, que a subemenda substitutiva geral, assim nominada pela CCJ, é a que foi aprovada. **Não houve apresentação de emendas ou subemendas em sede de discussão, quer em primeira ou segunda. A subemenda aprovada foi apresentada e aprovada perante a Comissão de Constituição e Justiça, não havendo necessidade de 3ª Discussão.**

Tanto é desta forma que o próprio artigo 141 do Regimento Interno autoriza a interposição de emendas durante a discussão ou nas comissões, que é o caso.

O dispositivo aplicado pela mesa refere-se aquelas interpostas durante a discussão e não nas comissões.

O próprio artigo 21 autoriza a aplicação da regra das discussões do Plenário as comissões, mas, não o inverso, as regras das comissões ao plenário: *“Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos à deliberação das comissões, no que couber, as disposições relativas as matérias sujeitas a votação do plenário.”*

Por outro lado, a seção III do Regimento Interno estabelece os procedimentos e regulamenta a forma da interposição e análise das emendas e subemendas, através do artigo 51:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

“Art. 51. O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de ser parecer escrito.

(...)

§2º Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o presidente julgar necessário.

§3º Logo após o parecer do relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em pauta, qualquer dos membros da Comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar emenda ao projeto.

§4º Recebida e emenda, o relator emitirá seu parecer.

§5º A seguir as emendas e os pareceres serão colocados em discussão na forma do parágrafo segundo, *in fine* deste artigo.

(...)

§9º Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação do parecer e das emendas, que se forem aprovados, em todos os seus termos, será assinado pelos membros presentes, elaborando-se a redação final da proposição.

§10 Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o presidente designará novo relator, dentre os que a constituem para emitir parecer a ser submetido na sessão subsequente.

§11 Havendo voto em separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o parecer do relator, será o voto divergente submetido à votação, na mesma sessão e, se aprovado pela maioria, será adotado como parecer da comissão, dispensada a designação de novo relator prevista no parágrafo anterior.

(...)”

Portanto, percebe-se que as emendas apresentadas nas comissões possuem rito específico. **E aquelas apresentadas em segunda discussão em PLENÁRIO possuem rito delineado no artigo 146 e seguintes do Regimento Interno.**

Por derradeiro, frisa-se que **não foi apresentada subemenda ou emenda em sede de discussão em plenário, mas perante a comissão de constituição e justiça.**

Em síntese, a regra a ser aplicada ao presente projeto é aquela descrita no artigo 51 e não a do artigo 146 do Regimento Interno, como fez a mesa.



REQUERIMENTO:

Isto posto, irrisignado com a decisão do procedimento adotado pela Mesa interpõe o presente recurso ao plenário para que se aprecie o afastamento da regra aplicada, do artigo 146 do Regimento Interno, ao passo que não foi apresentada emenda ou subemenda em 2ª Discussão, e que não há previsão legal para encaminhamento de 3ª Discussão nas emendas ou subemendas apresentadas perante a Comissão de Constituição e Justiça, a qual seguiu corretamente a regra do artigo 51, declarando a nulidade da 3ª Discussão e aprovado o projeto de lei n. 367/2012 com a subemenda substitutiva.

Nestes termos, espera deferimento.
Curitiba, 18 de junho de 2013.

Pr. Gilson de Souza

Deputado Estadual